

# COMPRASNET

## Pregão Eletrônico



**Resposta 15/02/2019 14:08:08**

4 - DO MERITO Primeiramente, se faz necessário informar que LVD SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA EIRELI encaminhou e-mail, impugnando o respectivo edital, a esta Instituição na data de 14.02.2019 às 16h37min (através do e-mail [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br)), assim estando o presente pregão agendado para o dia 18.02.2019 às 09h (horário de Brasília), a impugnação restou tempestiva, sendo interposta dentro do prazo previsto no Decreto nº 5.450/05, art. 18: "Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica." 5 - DA ANÁLISE Primeiro vale mencionar que Equipe de Planejamento da Contratação, formalmente instruída pela IS 192 de 06/11/2018 pela Pró-Reitoria de Administração (PRAD) da UFGD realizou previamente à elaboração do Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, documento responsável por embasar nossas escolhas eliminando o risco de uma contratação que nos levasse a resultados insatisfatórios no atendimento a necessidade da administração, desperdício de recurso ou a supressão da ampla competição entre licitantes. Após relatos do ato de impugnação, análise dos procedimentos processuais e ainda consulta ao setor demandante da aquisição e responsável pela fiscalização, visualiza-se que a aquisição dos itens 6, 7 e 8 são independentes dos demais, não há necessidade de compatibilidade com os demais itens da licitação, assim podendo serem adquiridos em separados dos demais em um lote diferente dos demais. Nesse ponto, podemos citar a Súmula 247 TCU (mencionada no ato de impugnação): É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Diferente para os demais itens (1, 2, 3, 4 e 5), que justifica-se a aglomeração em um único lote, considerando a inter-relação da solução de biblioteca em fita e a execução dos serviços de suporte. Nessa situação o próprio TCU, acórdão 5301/2013 - 2ª Câmara, entendeu que seria legítima a junção de itens de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar a administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual, o que poderia comprometer a seleção da proposta mais vantajosa. Também é de conhecimento deste pregoeiro e de sua equipe, que o objeto do edital em certame licitatório deve ser especificado de forma a estabelecer critérios de aceitabilidade e dar igualdade de condições às licitantes, o que se visualiza de forma cristalina no caso concreto. Vale ressaltar que cabe unicamente à Administração, no instrumento convocatório indicar adequadamente o objeto de sua contratação, demonstrando a quantidade desejada e as características exigidas, visando à obtenção de um serviço de qualidade. 6 - DA CONCLUSÃO Por fim julgamos PROCEDENTE o pedido de impugnação apresentado, reconhecendo a necessidade de alteração no termo de referência do edital, precisamente quanto a especificação da planilha do item 4, igualmente a especificação da planilha do item 4.1, dividindo os itens em dois lotes, sendo o primeiro aglomerando os itens 1 ao 5 e segundo aglomerando os itens 6 a 8, com o objetivo de melhor o entendimento do termo de referência do edital e privilegiar a competitividade. Assim, devido aos ajustes necessários a licitação será reagendada, o mais breve possível, no sistema Comprasnet, com nova data de abertura para sessão pública. Dourados, 18 de Fevereiro de 2019. Paulo Marcelo C. da Silva Pregoeiro/Divisão de Licitação CCOMP/PRAD